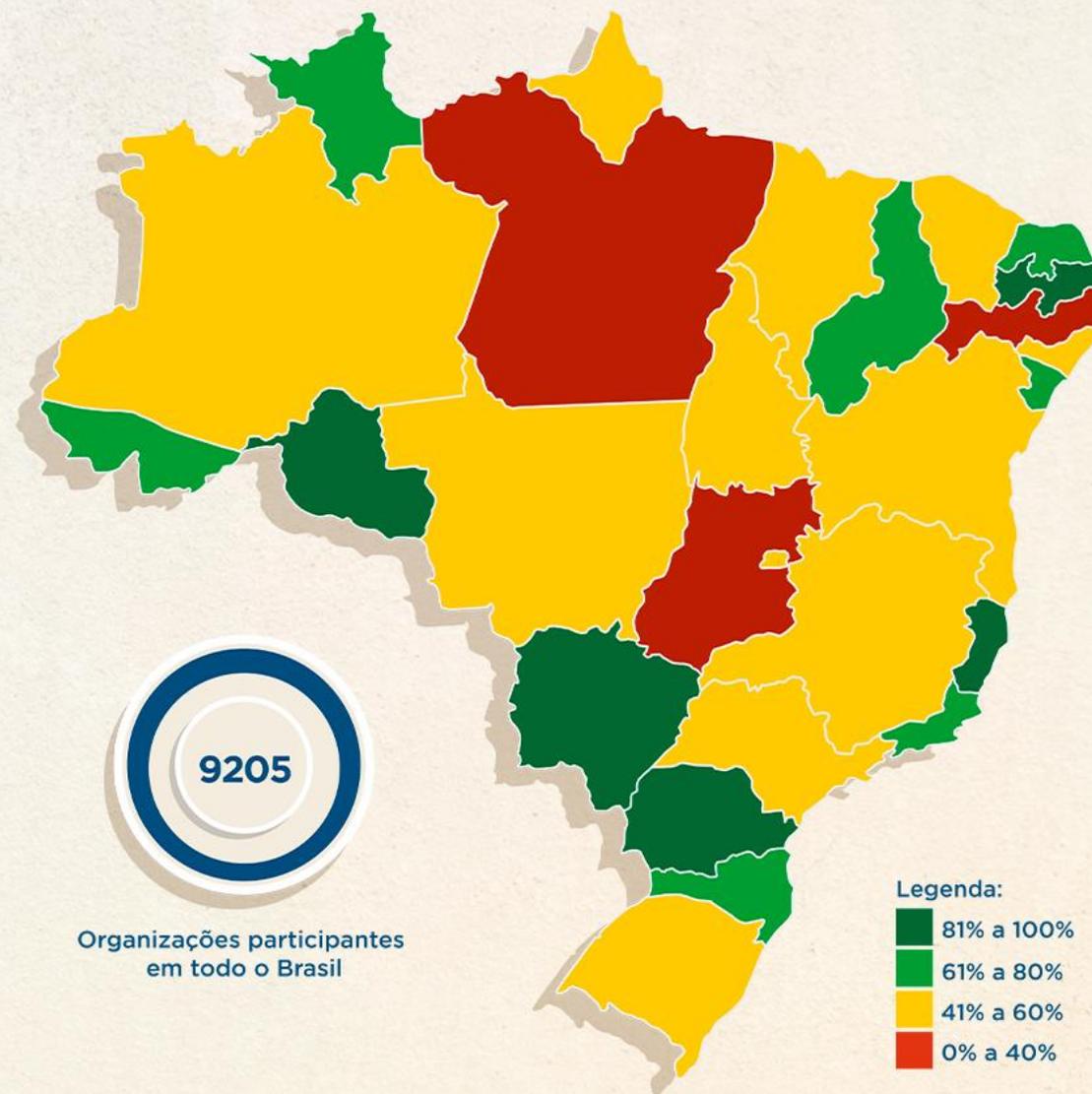


PNPC 2021

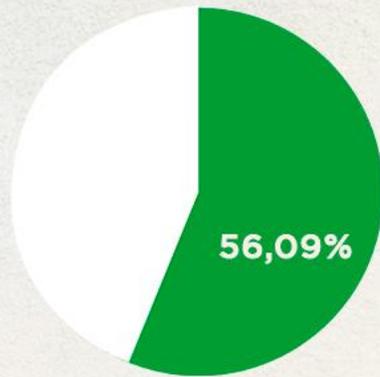
1ª AVALIAÇÃO



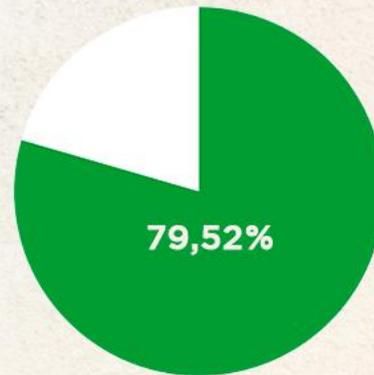
60%
DO SETOR PÚBLICO
BRASILEIRO **ADERIU**
AO PNPC



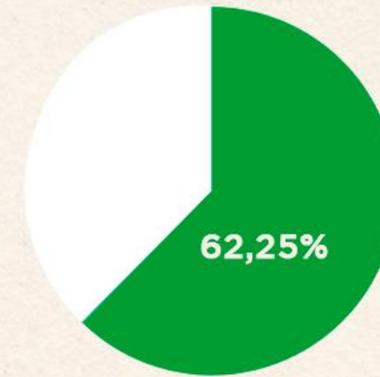
ADESÃO POR ESFERA E PODER



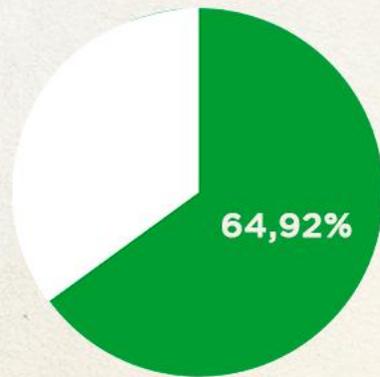
Municipal



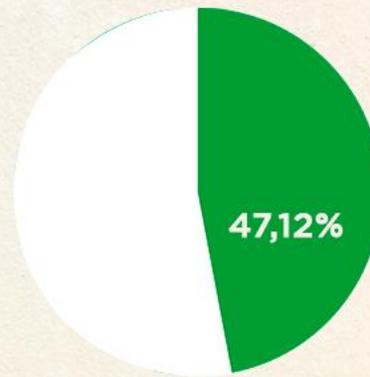
Estadual



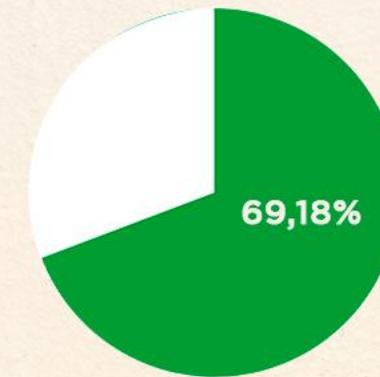
Federal



Executivo

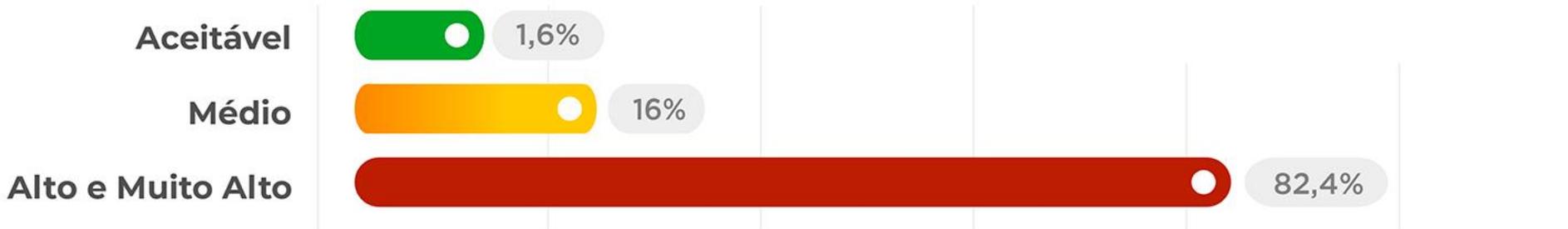


Legislativo



Judiciário

Nível de Exposição à Corrupção das Organizações

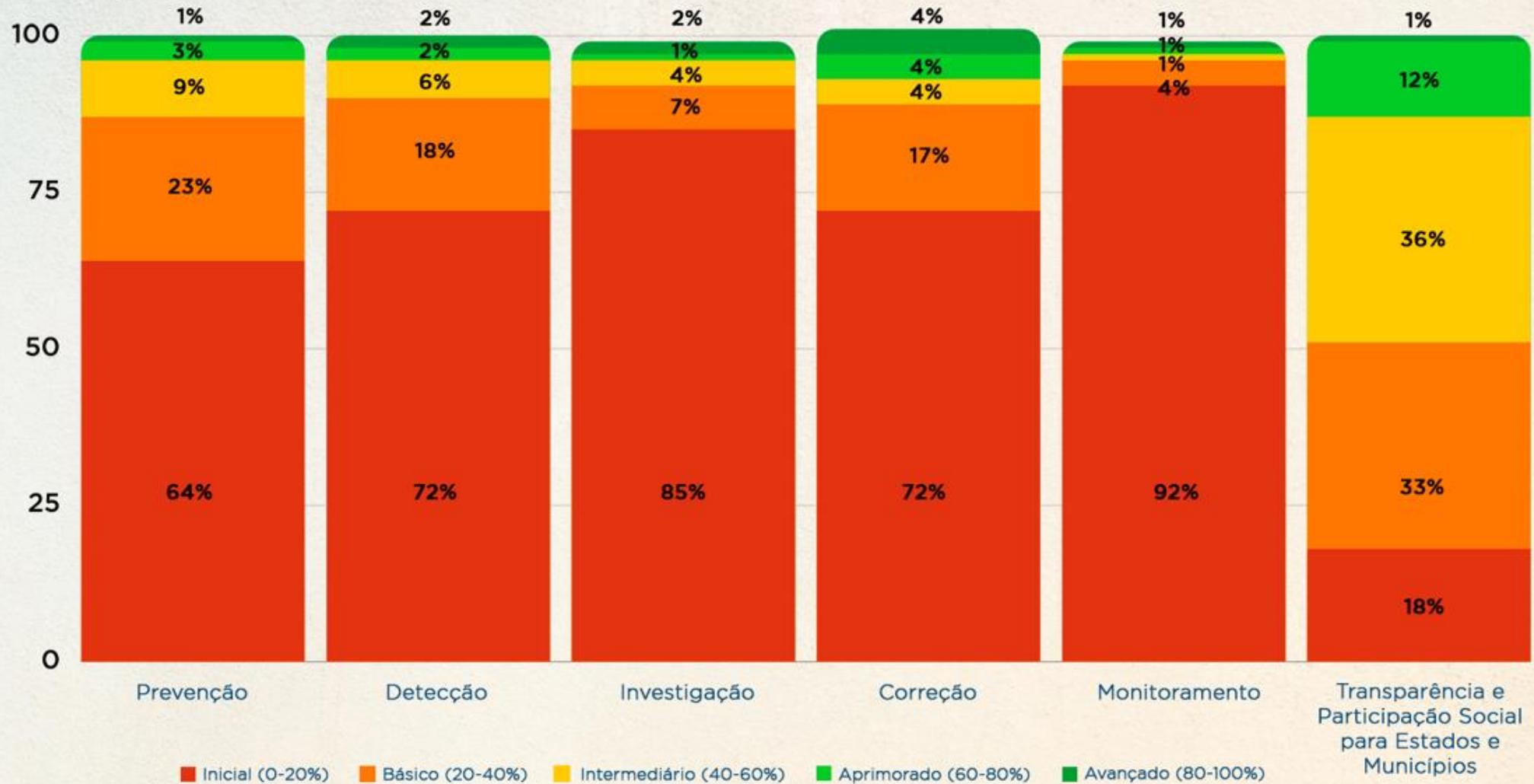


Das organizações municipais com nível de exposição muito alta

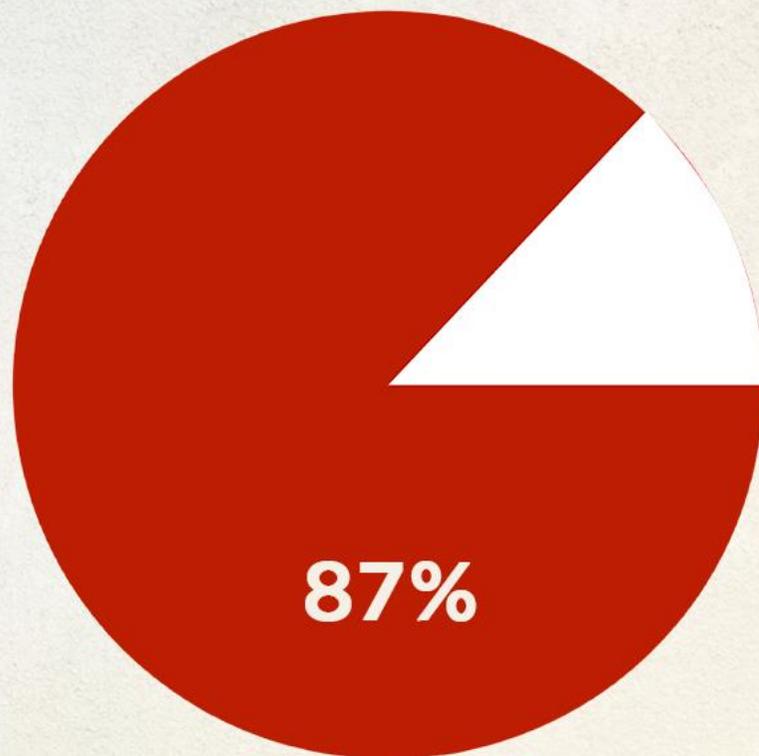


Das organizações do poder legislativo com exposição muito alta

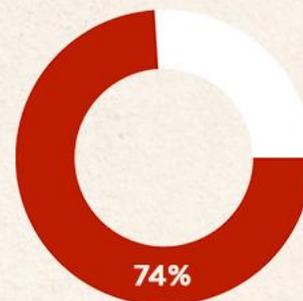
ADERÊNCIA DE BOAS PRÁTICAS



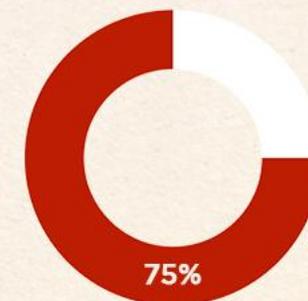
PREVENÇÃO



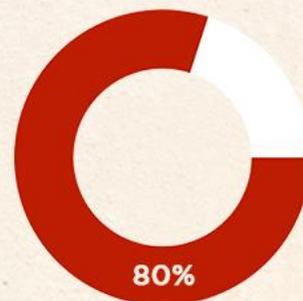
Ambiente propício de novos ilícitos



Não possui código de ética

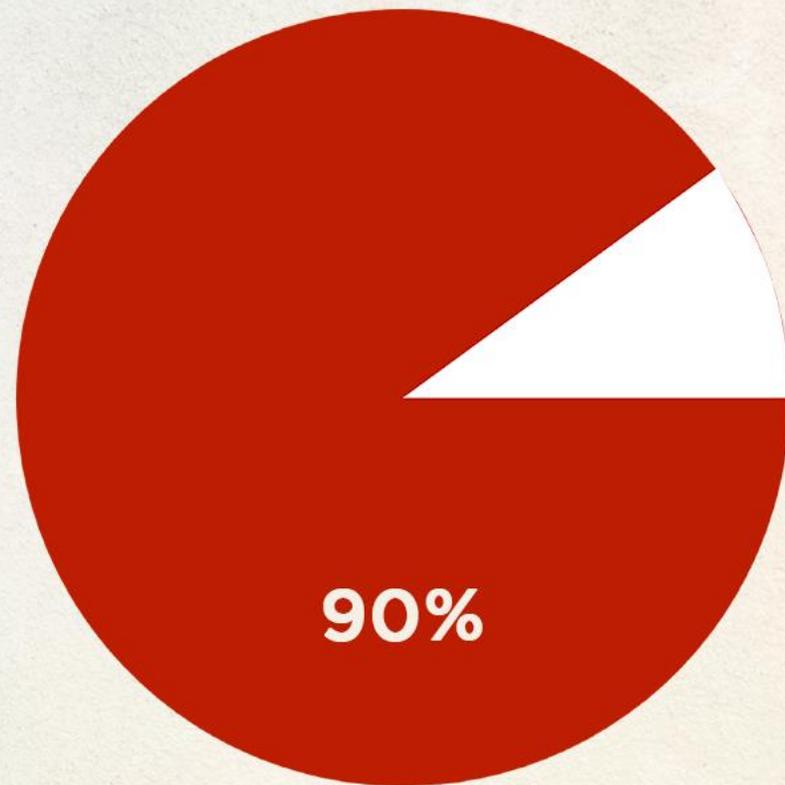


Não possui política de conflitos de interesse

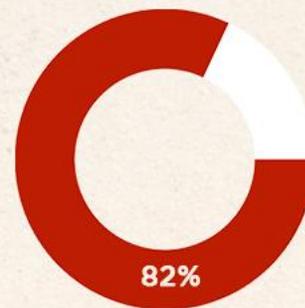


Não estabeleceram condições para lidar com a variação de patrimônio de seus funcionários

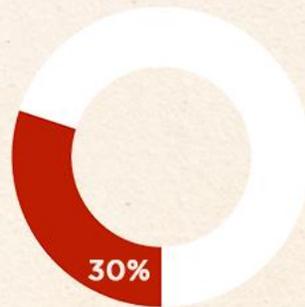
DETECÇÃO



Possuem baixa capacidade de perceber atos ilícitos cometidos

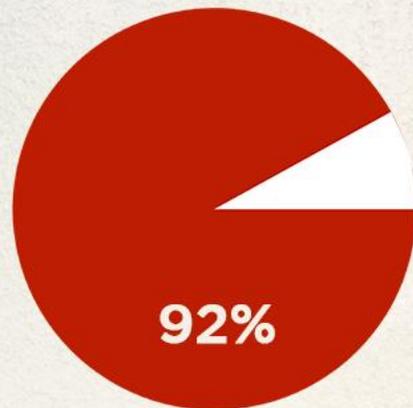


Não identifica sinais de alerta

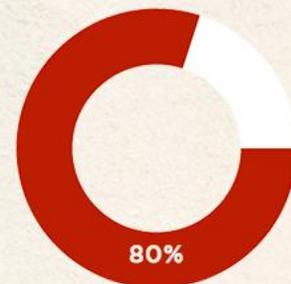


Não implementaram um canal de denúncias

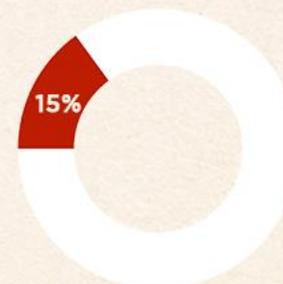
INVESTIGAÇÃO E PUNIÇÃO



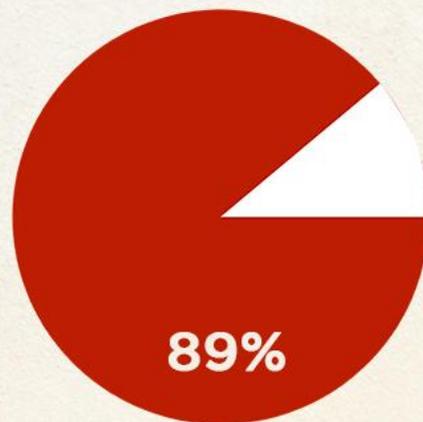
Baixa capacidade de investigação



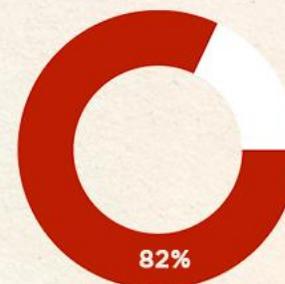
Não possuem roteiro para investigações



Possuem algum tipo de investigação de ilícitos



Baixa capacidade de investigação e correição



Não possuem equipe para correedoria



TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Apresentaram ações para promoção da cultura da transparência para divulgação proativa de informações, utilizando meios de tecnologia

PERFIL MÉDIO DO GESTOR PÚBLICO



1 em cada 4 não possui experiência em gestão



1 em cada 5 não possui curso superior



1 em cada 10 não possui experiência em gestão e curso superior



ILÍCITOS

Hoje não há medição de ilícitos contra a administração pública em nível nacional